

O presente trabalho busca discutir a importância da implementação de uma política pública de patrimônio cultural inclusiva para o município de São José dos Campos (SP), a partir de uma discussão bibliográfica ligada a diversas áreas do saber como a história, patrimônio, geografia e sociologia. Em busca de uma discussão mais atualizada sobre política pública de patrimônio e superando a noção tradicional de bem patrimonial como um monumento, cuja relevância arquitetônica e histórica é representativa apenas a um segmento social hegemônico, na dissertação conceitualiza-se patrimônio cultural como reflexo do espaço, da memória e dos diversos discursos sociais. Dessa forma, sugere-se que a política pública patrimonial que deve ser estabelecida pelos órgãos oficiais para reavivar a memória dos diversos grupos sociais, deve ser inclusiva, permitindo o diálogo entre os técnicos e a população e, estabelecendo o elo entre o passado e o futuro da sociedade. Assim, política pública é aqui entendida como a mediadora dos agentes sociais do espaço urbano. Nesse Trabalho, verifico que o município de São José dos Campos possui uma política patrimonial ainda muito centrada nos órgãos oficiais e que lhe falta uma cultura política relativa à preservação.